Debate Público
Regulamentação do Marco Civil da Internet

UMA ORIGEM INOVADORA

- Resposta a uma postura de criminalização da internet
- Formulação da sociedade civil, abertura do governo e no Congresso
  - 2300 contribuições no debate público do Executivo em 2009
  - Relatório do Deputado Molon pautado por consulta no e-Democracia
- Rica discussão no Congresso Nacional
  - Prioridade dada pela Presidenta – urgência constitucional
  - Fortíssimo ativismo da sociedade civil, principalmente de entidades de democratização das comunicações

ESCOLHAS LEGAIS E REPERCUSSÃO INTERNACIONAL

- **Norma principiológica**
  - Equilibrio entre inovação e direitos
  - Decálogo do CGI – inimputabilidade da rede
  - Especificação da legislação consumerista
    - Foro brasileiro em contratos de adesão
    - Dever de transparência → guarda de registros e gerenciamento de tráfego
- **Três pilares**
  - Liberdade de Expressão – responsabilidade do usuário
  - Privacidade – titularidade dos dados, consentimento, finalidade
  - Neutralidade de Rede – tratamento isonômico
- **Lei *jabuticaba* virou exemplo pro mundo e Brasil na vanguarda internacional**
  - **NET Mundial, Arena Net Mundial, discurso sobre privacidade na ONU**

REGULAMENTAÇÃO PARTICIPATIVA

- **Impactos de uma norma principiológica:**
  - Discussão interpretativa sobre aplicação das regras
  - O papel do Judiciário – caso *whatsapp* no Piauí, investigações criminais no Rio de Janeiro

- **Repetição do modelo de sucesso do PL**
  - Inovação: primeiro decreto em discussão online pelo MJ, plataforma no *github*
  - Temas tecnicamente complexos, mas com princípios muito bem delineados
  - Disposição política de abertura a sociedade civil, setores empresariais, cidadão comum

MARCOCIVIL.MJ.GOV.BR

REGULAMENTAÇÃO PARTICIPATIVA

4 EIXOS

- NEUTRALIDADE DE REDE
- PRIVACIDADE
- GUARDA DE REGISTROS
- OUTROS TEMAS

Concepção da consulta: atingir público especializado, mas também engajar cidadão comum → Maior debate do MJ

MARCOCIVIL.MJ.GOV.BR

DADOS FINAIS DA CONSULTA

- Usuários cadastrados: **1843**
- Pautas abertas: **339**
- Comentários: **1109**

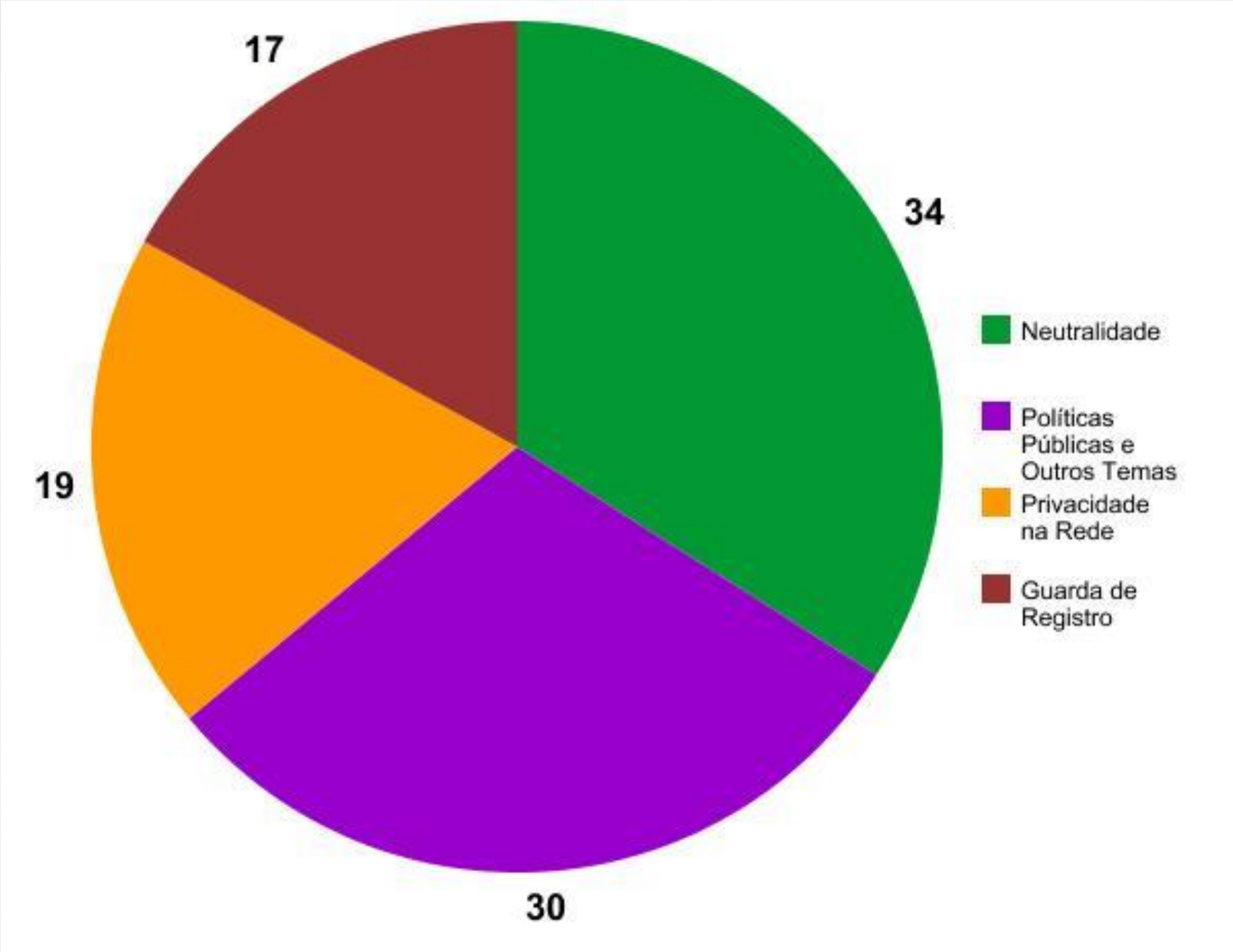
TEMAS COM MAIS PAUTAS

NEUTRALIDADE • 98 PAUTAS

OUTROS TEMAS E CONSIDERAÇÕES • 124 PAUTAS

MARCOCIVIL.MJ.GOV.BR

INTERAÇÕES


17
34
19
30
Neutralidade
Políticas Públicas e Outros Temas
Privacidade na Rede
Guarda de Registro

EXEMPLOS DE PAUTAS POLÊMICAS

1 "Acesso grátis" viola neutralidade, conforme fundamentos da decisão no Canadá sobre serviço de TV móvel

Criada por Paulo Rená • Versa sobre a discussão se acesso grátis fere ou não a neutralidade

2 Velocidades distintas de download e upload?

Criada por Fabiano Lucchese • Discute o formato de oferta em diferentes pacotes de velocidade e levanta a questão se a assimetria de velocidade de download e upload não seria quebra de neutralidade.

3 Cálculo da tarifa baseado na quantidade de dados transmitidos/enviados.

Criada por Jotavio • Levanta a questão que para garantir o princípio da neutralidade seria necessário mudar o formato de cobrança de diferentes velocidades para quantidade de dados transmitidos/enviados.

4 Rastreamento de conteúdo publicado – como controlar – Whatsapp

Criada por Thiago Vinicius Vieira • Problematiza o formato de rastreamento de conteúdo publicado no *Whatsapp* para o caso de decisões judiciais para retirada de conteúdo ou *notice and take down* no caso de revanche pornô.

ENGAJAMENTO, COMUNICAÇÃO E MÍDIA

INTERNETLAB REPORTA

InternetLab Reporta - Consultas Públicas no 05

Francisco Brito Cruz

Confira abaixo como foi a quarta semana das consultas públicas sobre a regulamentação do Marco Civil da Internet e sobre o anteprojeto de lei de proteção de Dados Pessoais. Números e estatísticas A consulta pública do Comitê Gestor da Internet (CGI.br) Terminou na semana passada (20/02) a consulta pública aberta em 19 de dezembro pelo Comitê Gestor da Internet (CGI.br), também sobre a regulamentação do Marco Civil. Este comitê é um órgão multissetorial que desempenha papéis relevantes na gestão da Internet no Brasil. Durante o período de consulta,...

leia a matéria completa

27 de fevereiro de 2015

OBSERVATÓRIO
DO MARCO CIVIL DA INTERNET

link

Código Aberto Demi Getschko Deu nos Autos Homem-Objeto LOL Modo Arcade Mu

Startup BR Apple WhatsApp Neutralidade Facebook Twitter Microsoft Netflix

Terça-feira, 17 de Março de 2015

MARCO CIVIL DA INTERNET, MURILO RONCOLATO, NEUTRALIDADE DE REDE
16 de janeiro de 2015 17h52

Governo Ver todos os posts em Marco Civil da Internet e Proteção de Dados e Marco Civil da Internet

Ministério da Justiça lançará duas plataformas neste mês para receber contribuições sobre nova lei de dados pessoais e de decreto para regulamentação do Marco Civil

Por Murilo Roncolato

SÃO PAULO – O Ministério da Justiça marcou para 28 de janeiro o início dos debates públicos sobre textos de lei que devem afetar a legislação brasileira quanto a uso da internet e privacidade do cidadão. São eles elaboração do projeto da chamada Lei de Proteção de Dados Pessoais e o decreto presidencial que regulamentará o Marco Civil da Internet, lei aprovada em abril passado. Segundo o governo, é a primeira vez que um decreto presidencial será formulado a partir de contribuições públicas.

Duas plataformas abertas ao público serão criadas no portal de participação do MJ (participacao.mj.gov.br), uma para cada tema – em formato semelhante ao de elaboração do

O governo está debatendo Marco Civil com a galera. Participe!

por BIA GRANJA | 29 janeiro 2015

MARCO CIVIL DA INTERNET

O QUE É?

NEUTRALIDADE

PRIVACIDADE NA REDE

REGISTROS DE ACESSO

OUTROS TEMAS

Tecnologia

Ministério da Justiça abre discussões sobre Marco Civil da Internet e Proteção de Dados Pessoais

Ronaldo Lemos fala sobre o Marco Civil na internet HD

MARCO CIVIL DA INTERNET, MURILO RONCOLATO
28 de janeiro de 2015 17h48

Saiba o que está em debate na regulamentação do Marco Civil

Texto de decreto presidencial deve regulamentar lei aprovada e passado, apelidada de 'Constituição da Internet'

Por Murilo Roncolato

MENU G1 JORNAL HOJE

Edição do dia 28/01/2015
28/01/2015 13h47 - Atualizado em 28/01/2015 14h15

Governo lança consultas públicas sobre internet e proteção de dado

O Marco Civil vai definir regras para o uso da internet.
A Proteção de Dados Pessoais discute como dados podem ser usado

Gioconda Brasil
Brasília

FACEBOOK

CartaCapital

Colunistas Blogs tvCarta

Política Economia Sociedade Cultura Internacional

Você está aqui: Página Inicial / Blogs / Intervozes / Marco Civil da Internet: começa uma nova batalha

Intervozes

Marco Civil da Internet: começa uma nova batalha

Consulta pública promovida pelo Ministério da Justiça até o fim de fevereiro abre espa

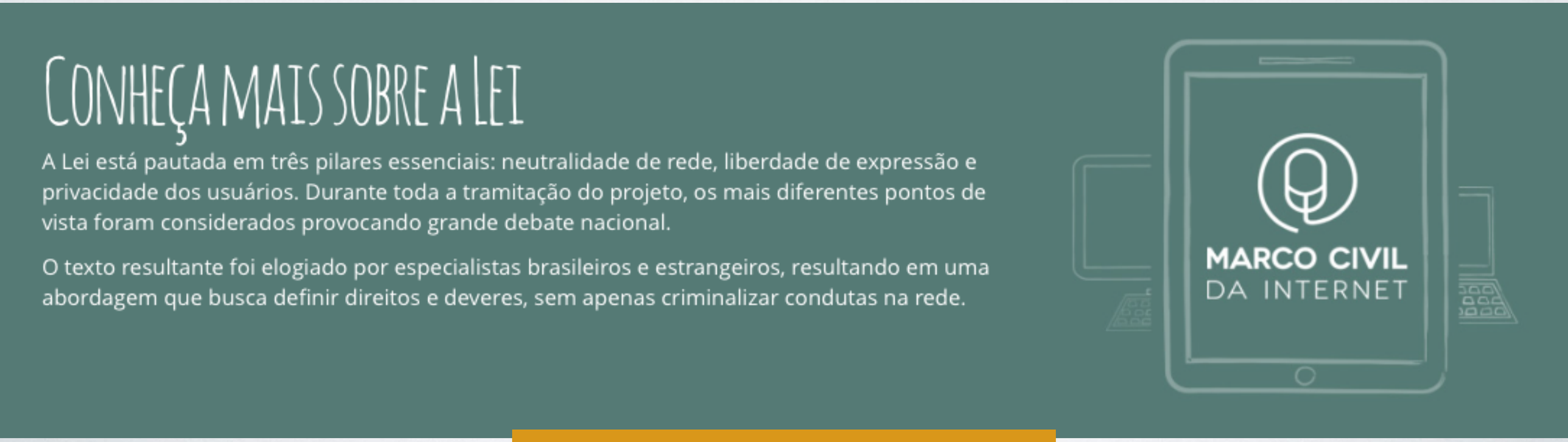
Recomendar 1,1 mil Share 5 Tweetar 139

Notícias

Site recebe sugestõe sociedade para regulamentar Marco da Internet

PREMISSAS - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

- Mediação
- Impossibilidade absoluta de rediscutir as determinações da lei nesse debate
- Neutralidade de rede está vigente – enfoque nas exceções
- Atenção aos limites de um Decreto
- Debate Público não é plebiscitário
- Equilíbrio entre inovação, modelo de negócios e direitos



MARCOCIVIL.MJ.GOV.BR

O QUE FOI DITO NA PLATAFORMA SOBRE NEUTRALIDADE?

- **Quais são as exceções à neutralidade? (CTS, Pedro Ramos, Sinditele, Oi, Claro e outros)**
  - **Definição de *requisitos técnicos indispensáveis* e de *serviços de emergência* (priorização por sensibilidade a latência, Segurança da Rede, DDoS, spam, serviços de polícia, bombeiros, calamidades, *traffic shapping*)**
- **Limitação de escopo: CDNs, redes corporativas**
- **Quem fiscaliza/ efetiva a neutralidade de rede?**
- **Bloqueio de portas, spam – adequação a neutralidade?**
- **Definições – quem são os provedores de conexão? E de acesso?**
- **Práticas de mercado: o corte no pacote de dados**

O QUE FOI DITO NA PLATAFORMA SOBRE PRIVACIDADE E GUARDA DE REGISTROS?

- **Critérios para acesso a dados cadastrais por autoridades competentes (art. 10, §3º, MCI) – (i.e. Francisco Brito Cruz – internetlab)**

- **Políticas de transparência ativa pelo setor público quanto a requisições – (i.e. Laura Tresca)**

- **Preocupação absoluta com sigilo de conteúdo – manutenção de ordem judicial para acesso a conteúdo**

- **Preocupação em não especificar demais tecnologias para manutenção e segurança dos dados - ABSStartups**

O QUE FOI DITO NA PLATAFORMA SOBRE OUTROS TEMAS E CONSIDERAÇÕES?

- **Internet como Direito Essencial – Necessidade de expandir acesso (Marcelo Saldanha)**
- **Reforçar deveres de transparência de provedores de Banda Larga (Cisco)**
- **Educação digital nas escolas (José Antonio Milagre)**
- **Incentivar e fomentar uso de softwares para monitorar o cumprimento e fiscalização da lei (i.e. NIC.BR – desenvolveu o SIMET – Sociedade Civil)**
- **Desenvolver aplicação para verificar como suas atividades são monitoradas (Sociedade Civil)**

MOMENTO DE SISTEMATIZAÇÃO

- **Mais um momento de democratização:** Balanço da sociedade sobre o que elas compreenderam do debate
- Proposta de minuta de decreto e justificativas *a partir do que foi debatido na plataforma*
  - Possibilidade de indicar processos na sistematização

2ª Fase do debate público

- Maior legitimidade
- Validação dos 1109 comentários feitos

#MARCOCIVIL

Obrigado!

Marcelo Chilvarquer
marcelo.chilvarquer@mj.gov.br

MARCOCIVIL.MJ.GOV.BR